

## **DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO**

- Atos publicados na I e II Série -

### **NEWSLETTER DIGESTO Nº 22/2012**

**Disponibilização: 7 de janeiro de 2013**

**Período abrangido: 10 a 31 de dezembro de 2012**

#### **ÍNDICE TEMÁTICO**

- 1. ATIVIDADE PARLAMENTAR**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
  - **PROTEÇÃO CIVIL**
- 3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
  - **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
  - **VETERINÁRIA**
  - **VITIVINICULTURA**
- 5. EDUCAÇÃO**
- 6. EMPREGO**
- 7. ENERGIA**
- 8. FINANÇAS**
  - **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**
  - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
  - **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**
  - **VALORES MOBILIÁRIOS**
- 9. HABITAÇÃO/RJAU**
- 10.**
- 11. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO**
- 12. JUSTIÇA**
- 13. JUVENTUDE**
- 14. REGIÕES AUTÓNOMAS**
  - **MADEIRA**
- 15. SAÚDE**
- 16. SEGURANÇA SOCIAL**
- 17. TRABALHO**
- 18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
  - COMUNICAÇÕES**
  - TRANSPORTES**

## **1. ATIVIDADE PARLAMENTAR**

### **Lei n.º 65/2012, de 20 de dezembro**

#### **(Assembleia da República)**

Altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março

## **2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

- **PROTEÇÃO CIVIL**

### **Decreto-Lei n.º 262/2012, de 17 de dezembro**

#### **(Ministério da Educação e Ciência)**

Estabelece as obrigações dos titulares das licenças de instalações nucleares

## **3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **Despacho n.º 15953/2012, de 14 de dezembro**

#### **(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro)**

Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas no Estado, nos institutos públicos e nos serviços desconcentrados da administração central nos próximos dias 24 e 31 de dezembro

## **4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**

### **Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro**

#### **(Assembleia da República)**

Cria a bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvo-pastoril, designada por «Bolsa de terras»

### **Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro**

#### **(Assembleia da República)**

Aprova benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvo-pastoris e à dinamização da «Bolsa de terras»

- **VETERINÁRIA**

**Decreto-Lei n.º 260/2012, de 12 de dezembro**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2011, de 20 de junho

- **VITIVINICULTURA**

**Portaria n.º 426/2012, de 28 de dezembro**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Regulamenta o decreto-Lei n.º 94/2012, de 20 de abril, que revê o regime das taxas incidentes sobre os vinhos e produtos víquicos

## **5. EDUCAÇÃO**

**Despacho n.º 15971/2012, de 14 de dezembro**

**(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)**

Define o calendário da implementação das Metas Curriculares

## **6. EMPREGO**

**Portaria n.º 408/2012, de 14 de dezembro**

**(Ministério da Economia e do Emprego)**

Implementa as Medidas Passaporte Emprego Industrialização, Passaporte Emprego Inovação e Passaporte Emprego Internacionalização, e aprova o Regulamento Específico Passaportes Emprego 3i

**Decreto-Lei n.º 264/2012, de 20 de dezembro**

**(Ministério da Economia e do Emprego)**

Estabelece o regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno

## **7. ENERGIA**

**Portaria n.º 430/2012, de 31 de dezembro**

**(Ministério da Economia e do Emprego)**

Estabelece a percentagem de redução anual da tarifa de referência para a produção de eletricidade a partir de fonte solar com utilização de tecnologia fotovoltaica

**Portaria n.º 431/2012, de 31 de dezembro**

**(Ministério da Economia e do Emprego)**

Estabelece o valor de redução anual da tarifa de referência para a produção de eletricidade a partir de fonte solar com utilização de tecnologia fotovoltaica

**Diretiva n.º 19/2012, de 26 de dezembro**

**(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)**

Revisão das tarifas transitórias de gás natural para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2013

**Diretiva n.º 20/2012, de 26 de dezembro**

**(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)**

Tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2013

## **8. FINANÇAS**

- ***BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO***

**Portaria n.º 421-A/2012, de 21 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Primeira alteração à Portaria n.º 150-A/2012 de 17 de maio que define os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público

**Aviso do Banco de Portugal n.º 15/2012, de 13 de dezembro**

**(Banco de Portugal)**

Estabelece os deveres de informação a observar pelas instituições de crédito aderentes ao regime dos Serviços Mínimos Bancários na divulgação da sua adesão a este regime e das condições de acesso e prestação desses serviços, revogando o Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2011, de 11 de agosto

**Aviso do Banco de Portugal n.º 16/2012, de 17 de dezembro**

**(Banco de Portugal)**

Estende os deveres de informação a observar pelas instituições de crédito na negociação, celebração e vigência de contratos de crédito à habitação e de crédito conexo aos demais contratos de crédito, garantidos por hipoteca ou por outro direito sobre coisa imóvel, celebrados com pessoas singulares que atuem com objetivos alheios à sua atividade comercial ou profissional. Altera o Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 74, de 16 de abril de 2010

**Aviso do Banco de Portugal n.º 17/2012, de 17 de dezembro**

**(Banco de Portugal)**

Estabelece deveres a observar pelas instituições de crédito no âmbito da prevenção e da regularização extrajudicial de situações de incumprimento de contratos de crédito, regulamentando o disposto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro

- ***CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS***

**Portaria n.º 412/2012, de 17 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Quinta alteração à Portaria n.º 1295/2007, de 1 de outubro que aprova o novo modelo e as especificações técnicas da estampilha fiscal aplicável aos produtos de tabaco manufaturado destinado a ser introduzido no consumo no território nacional

**Portaria n.º 413/2012, de 17 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Aprova as instruções de preenchimento da declaração modelo 37 - «Juros e Amortizações de Habitação Permanente Prémios de Seguros de Saúde, Vida e Acidentes Pessoais PPR, Fundos de Pensões e Regimes Complementares»

**Portaria n.º 414/2012, de 17 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Aprova a declaração modelo 39 - «Rendimentos e Retenções a Taxas Liberatórias» e as respetivas instruções de preenchimento

**Portaria n.º 415/2012, de 17 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Aprova as instruções de preenchimento da declaração modelo 13 - «Valores mobiliários, warrants autónomos e instrumentos financeiros derivados»

**Portaria n.º 416/2012, de 17 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Aprova a declaração modelo 42 - «Subsídios ou Subvenções Não Reembolsáveis», e as respetivas instruções de preenchimento

**Decreto-Lei n.º 263/2012, de 20 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Transpõe a Diretiva n.º 2010/24/UE, do Conselho, de 16 de março de 2010, relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação do regime de assistência mútua à cobrança a que fica sujeito o Estado Português

**Portaria n.º 421/2012, de 21 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Aprova os novos modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS

**Portaria n.º 424/2012, de 28 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Fixa em (euro) 482,40 o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2013

**Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas, por transmissão eletrónica de dados, prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto

**Portaria n.º 426-B/2012, de 28 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Aprova os modelos das faturas-recibo para efeitos do disposto no artigo 115.º ao Código do IRS

**Portaria n.º 426-C/2012, de 28 de dezembro**

**(Ministério das Finanças)**

Aprova a Declaração Mensal de Remunerações - AT e as respetivas instruções de preenchimento, para cumprimento da obrigação declarativa prevista no artigo 119.º, n.º 1, alíneas c) e d), do Código do IRS

• **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

**Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro**  
**(Assembleia da República)**

Procede à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis n.os 112/97, de 16 de setembro, e 8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 229/95, de 11 de setembro, 287/2003, de 12 de novembro, 32/2012, de 13 de fevereiro, 127/2012, de 21 de junho, 298/92, de 31 de dezembro, 164/99, de 13 de maio, e 42/2001, de 9 de fevereiro

**Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro**  
**(Assembleia da República)**

Orçamento do Estado para 2013

- **VALORES MOBILIÁRIOS**

**Decreto-Lei n.º 261/2012, de 17 de dezembro**  
**(Ministério das Finanças)**

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 279/98, de 17 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos bilhetes do Tesouro, e procede à transferência dos bilhetes do Tesouro para a INTERBOLSA - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.

## **9. HABITAÇÃO/RJAU**

**Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado, e que revoga os Decretos-Leis n.os 156/2006, de 8 de agosto, e 161/2006, de 8 de agosto

**Decreto-Lei n.º 266-C/2012, de 31 de dezembro**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Procede à adaptação à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, do Decreto-Lei n.º 158/2006, de 8 de agosto, que estabelece os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e de atribuição do subsídio de renda, e do Decreto-Lei n.º 160/2006, de 8 de agosto, que regula os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração

## **10. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO**

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2012, de 31 de dezembro**

**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Approva a Agenda Portugal Digital

## **11. JUSTIÇA**

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 9/2012, de 10 de dezembro**

**(Supremo Tribunal de Justiça)**

Notificado o arguido da audiência de julgamento por forma regular, e faltando injustificadamente à mesma, se o tribunal considerar que a sua presença não é necessária para a descoberta da verdade, nos termos do n.º 1 do artigo 333.º do CPP, deverá dar início ao julgamento, sem tomar quaisquer medidas para assegurar a presença do arguido, e poderá encerrar a audiência na primeira data designada, na

ausência do arguido, a não ser que o seu defensor requeira que ele seja ouvido na segunda data marcada, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo

**Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 7/2012, de 19 de dezembro**  
**(Supremo Tribunal Administrativo)**

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: O DL n.º 408/89, de 18 de Novembro, contém normas específicas relativamente ao regime de promoção do pessoal docente universitário e do ensino superior politécnico e do pessoal de investigação científica, devendo, em consequência, o regime por ele estabelecido, designadamente no seu art. 3º, al. b), in fine, ser considerado como lei especial, prevalecendo sobre as regras gerais para as carreiras da Administração Pública previstas no DL n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, concretamente a contida no seu art. 17º, nº 2

## **12. JUVENTUDE**

**Portaria n.º 427/2012, de 31 de dezembro**

**(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia e do Emprego)**

Regulamenta a medida "Rede de Percepção e Gestão de Negócios" (RPGN) a promover e executar pelo IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., e pelas entidades parceiras, no âmbito da prossecução do Programa Impulso Jovem

## **13. REGIÕES AUTÓNOMAS**

- **MADEIRA**

**Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 44/2012/M, de 20 de dezembro**

**(Região Autónoma da Madeira)**

Aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2013

**Decreto Legislativo Regional n.º 39/2012/M, de 21 de dezembro**

**(Região Autónoma da Madeira)**

Adapta à Região Autónoma da Madeira as alterações ao atual Código do Trabalho

**Decreto Legislativo Regional n.º 41/2012/M, de 28 de dezembro**

**(Região Autónoma da Madeira)**

Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/93/M de 4 de setembro, que estabelece normas relativas à defesa e proteção das estradas regionais

**Decreto Legislativo Regional n.º 42/2012/M, de 31 de dezembro**

**(Região Autónoma da Madeira)**

Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013

## **14. SAÚDE**

**Portaria n.º 407/2012, de 14 de dezembro**

**(Ministérios das Finanças e da Saúde)**

Cria o Fundo de Gestão das Contribuições Especiais da Indústria Farmacêutica para a Estabilização do Serviço Nacional de Saúde para o Mercado Ambulatório e o Fundo de Gestão das Contribuições Especiais da Indústria Farmacêutica para a Estabilização do Serviço Nacional de Saúde para o Mercado Hospitalar

#### **Portaria n.º 411-A/2012, de 14 de dezembro**

##### **(Ministério da Saúde)**

Suspende a aplicação do disposto nos n.º 1 do artigo 5.º e n.º1 do artigo 6.º da Portaria n.º 4/2012, de 2 de janeiro no que se refere aos prazos estabelecidos para efeitos da revisão anual de preços de medicamentos para o ano de 2013

## **15. SEGURANÇA SOCIAL**

#### **Portaria n.º 411/2012, de 14 de dezembro**

##### **(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)**

Primeira alteração à Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches

#### **Portaria n.º 429/2012, de 31 de dezembro**

##### **(Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social)**

Estabelece o Fator de Sustentabilidade a aplicar às pensões iniciadas em 2013

#### **Portaria n.º 432-A/2012, de 31 de dezembro**

##### **(Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social)**

Atualiza para 2013 as pensões mínimas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

## **16. TRABALHO**

#### **Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro**

##### **(Assembleia da República)**

Procede à sexta alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quarta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, determinando a aplicação do regime dos feriados e do Estatuto do Trabalhador-Estudante, previstos no Código do Trabalho, aos trabalhadores que exercem funções públicas, e revoga o 335/77, de 13 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 190/99, de 5 de junho

#### **Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro**

##### **(Ministério da Saúde)**

Procede à primeira alteração aos Decretos-Leis n.º 176/2009, de 4 de agosto, e 177/2009, de 4 de agosto, estabelecendo regras de organização do tempo de trabalho médico e de transição dos trabalhadores médicos já integrados na carreira especial médica para o regime de trabalho que corresponde a 40 horas semanais e definido as áreas de exercício profissional da carreira especial médica

#### **Decreto Regulamentar n.º 51-A/2012, de 31 de dezembro**

##### **(Ministério da Saúde)**

Procede à identificação dos níveis remuneratórios da tabela remuneratória dos trabalhadores médicos integrados na carreira especial médica, cuja relação jurídica de emprego público seja constituída por contrato de trabalho em funções públicas, sujeitos ao regime de 40 horas semanais

## **17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

### **• COMUNICAÇÕES**

#### **Declaração de Retificação n.º 75/2012, de 17 de dezembro**

##### **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Retifica a Portaria n.º 343/2012, de 26 de outubro, do Ministério da Economia e do Emprego, que procede à quarta alteração à Portaria n.º 314-B/2010, de 14 de junho,



que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens, publicada no Diário da República n.º 208, 1.ª série, de 26 de outubro

- **TRANSPORTES**

**Resolução da Assembleia da República n.º 148/2012, de 27 de dezembro**  
**(Assembleia da República)**

5.ª alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 57/2004, de 6 de agosto (Princípios gerais de atribuição de despesas de transporte e alojamento e de ajudas de custo aos deputados)

**Despacho normativo n.º 24-B/2012, de 19 de dezembro**  
**(Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego)**

Aumento de tarifas AMT a partir de 1 de janeiro de 2013